

Território e memória coletiva: Uma reflexão sobre o caso da comunidade quilombola do Cedro em Mineiros/GO

Territory and collective memory: A reflection on the case of the Cedro quilombola community in Mineiros/GO

Lucas Italo Silva Ribeiro, Mestrando em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás – UFG.

lucasitaloribeiro@discente.ufg.br

Romão Emanuel de Souza Vargas, Bacharel em direito, Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES.

souzaromaoemanuel@gmail.com

Fabiolla Xavier Rocha Ferreira Lima, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Goiás – UFG.

fabiolla_lima@ufg.br

Resumo

O presente artigo busca discutir os conceitos de territorialidade e memória coletiva na comunidade quilombola do Cedro em Mineiros/GO. Com a atuação de processos como o decréscimo populacional, a memória coletiva de uma comunidade fica vulnerável, evidenciando a necessidade de se valorizar tradições culturais que formam sua identidade. Apesar de algumas práticas terem perdido espaço, é possível notar a memória coletiva da comunidade sendo transmitida entre diferentes gerações devido a criação de espaços físicos comuns. Esses espaços reforçam e estimulam a socialização e transmissão de memórias entre os indivíduos, além de reafirmar a identidade no território e enfrentar desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Territorialidade; Memória; Quilombo.

Abstract

This article seeks to discuss the concepts of territoriality and collective memory in the Cedro quilombola community in Mineiros/GO. With the action of processes such as population decline, the collective memory of a community becomes vulnerable, highlighting the need to value cultural traditions that form its identity. Although some practices have lost space, it is possible to notice the collective memory of the community being transmitted between different generations due to the creation of common physical spaces. These spaces reinforce and encourage socialization and transmission of memories between individuals, in addition to reaffirming identity in the territory and facing contemporary challenges.

Keywords: Territoriality; Memory; Quilombo.

1. Introdução

A territorialidade é um conceito fundamental nas ciências sociais em geral, e na geografia, em particular, no que se refere à relação entre indivíduos, grupos e instituições em um determinado espaço físico que por eles é ocupado. Uma vez que, ao se apropriarem e utilizarem um espaço, atribuindo significados e valores culturais, econômicos e políticos, os indivíduos acabam criando o território. E essa relação desenvolvida no espaço propicia a formação de uma identidade entre indivíduos e território com o passar do tempo, fato que é fortalecido com a memória ali produzida.

Esse processo está intrinsecamente ligado às posições de poder e controle sobre o espaço, fato que coloca o território como um campo de constante disputa por diferentes sujeitos. Nações, governos, grupos étnicos e outras entidades buscam estabelecer sua presença e influência nos territórios ou, então, resistir às investidas contrárias à sua permanência em um determinado lugar. De acordo com Haesbaert [01], essa disputa pode acontecer de muitas formas como reivindicações políticas, estratégias de aglutinamento e isolamento, confronto armado, imposições culturais e contenção.

Além disso, a territorialidade também desempenha o papel de organizar espacialmente as sociedades humanas, influenciando a distribuição de recursos naturais e econômicos, a configuração de redes de comunicação e transporte, e até mesmo a estruturação das cidades [02]. A influência de fatores históricos, sociais, culturais e políticos que atravessam, não somente um indivíduo, mas toda a coletividade que coexiste no território, desempenha um papel importante na construção da identidade de uma comunidade.

A memória é construída por meio de experiências e práticas culturais que refletem a identidade e os valores dos indivíduos, constituindo-se como um mecanismo para acessar o tempo passado. As memórias individuais tem o poder de influenciar a percepção da memória coletiva, assim como a memória coletiva pode moldar as lembranças que cada indivíduo tem em seu imaginário [03]. Assim, a memória coletiva desempenha o papel de formar a visão de mundo de um grupo, reunindo suas memórias individuais na produção desse ativo comum. Essa interação coloca em questão o processo de construção e interpretação do passado e como isso influencia as experiências pessoais de cada indivíduo de um grupo.

O presente artigo tem como propósito discutir o território e a memória coletiva na comunidade quilombola do Cedro, localizada na cidade de Mineiros, Goiás. O trabalho aborda a comunidade quilombola e destaca seu território, discutindo os elementos de memória coletiva presentes nesse contexto. Metodologicamente, são utilizados os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica para fundamentar e contribuir para a compreensão da temática em questão e embasar as discussões propostas. Ao término do artigo, são apresentadas as considerações finais.

1. Comunidades quilombolas e a construção de memórias de lutas e resistências

As comunidades quilombolas representam uma herança cultural afro-brasileira, com origem na luta contra a escravidão e na busca pela preservação de suas tradições ancestrais. Sua história ao período da colonização no Brasil, quando colonizadores se estabeleceram no território com o objetivo de explorar os recursos naturais e expandir sua área de influência. Nesse contexto, povos africanos foram trazidos forçadamente para o país para servirem aos interesses dos colonizadores no território reivindicado.

Os quilombos desempenharam um papel fundamental na resistência frente a esse processo. Inicialmente, essas comunidades eram compostas por pessoas do continente africano e seus descendentes escravizados, que conquistaram sua liberdade em processos de luta, seja por meio da alforria ou pela fuga de seus alçozes. Esses territórios, costumeiramente, localizavam-se em áreas remotas e de difícil acesso para que, assim, se dificultasse possíveis ataques às comunidades que ali se formavam.

O quilombo mais conhecido, liderado por Zumbi dos Palmares no nordeste brasileiro, enfrentou por décadas as investidas das autoridades coloniais e se tornou um símbolo de resistência ao regime de escravização [04]. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, muitas pessoas que haviam sido escravizadas, e seus descendentes, continuaram a se estabelecer em comunidades como essas. De acordo com Damasceno [04], a estruturação social dos quilombos não tinha apenas o objetivo de transformar um local em símbolo de resistência, mas também, de criar abrigo aos escravizados fugitivos e preservar seus valores e cultura.

Em muitas comunidades quilombolas, a preservação da cultura é uma questão fundamental que une e reforça elementos como costumes, crenças e valores [05]. A transmissão de conhecimentos tradicionais através de rituais, músicas, danças e comidas desempenha um importante papel na manutenção da identidade desses povos. Essa preservação cultural fortalece a coesão interna das comunidades quilombolas e contribui na resistência e afirmação de suas raízes históricas. A transmissão de conhecimentos de geração em geração não só mantém viva a herança cultural vindas de seus ancestrais, como também contribui para a construção de uma memória coletiva para as gerações presentes.

Os rituais religiosos desempenham um papel central nesse processo, proporcionando celebrações festivas e momentos de reflexão e conexão com a ancestralidade e espiritualidade. As músicas e danças tradicionais, muitas vezes carregadas de significados simbólicos, funcionam como expressões artísticas que contam histórias e preservam narrativas que, de outra forma, poderiam ser perdidas ao longo do tempo.

A luta por reconhecimento de suas terras e direitos tornou-se uma batalha constante ao longo dos anos, persistindo até a atualidade. As comunidades quilombolas enfrentam uma série de desafios na contemporaneidade, sendo a questão fundiária uma das principais, com muitas comunidades lutando pelo reconhecimento e titulação de suas terras. O reconhecimento legal de seus territórios é essencial para a preservação da identidade quilombola e para garantir o acesso a financiamentos e outros recursos de políticas públicas.

A falta de infraestrutura, como estradas, equipamentos de educação, saúde e outros serviços básicos também é um desafio persistente na atualidade. Além disso, muitas dessas comunidades estão localizadas em regiões remotas e de difícil entrada, o que dificulta o acesso a serviços públicos de qualidade e oportunidades de emprego. Portanto, a carência de políticas específicas para as comunidades quilombolas contribui para a perpetuação da desigualdade e exclusão social.

O reconhecimento legal das terras quilombolas é uma importante ferramenta que pode garantir alguns dos direitos garantidos a essas comunidades. A Constituição Federal de 1988 [06], no artigo 68, reconhece a importância dessas áreas e estabelece que as comunidades remanescentes de quilombos têm direito à propriedade definitiva sobre suas terras. Apesar disso, a efetivação desse reconhecimento muitas vezes encontra obstáculos burocráticos e políticos. A luta por políticas públicas adequadas e eficazes é constante, visando assegurar o desenvolvimento sustentável, o acesso a serviços básicos e a promoção da igualdade nas comunidades quilombolas.

O processo de titulação, além do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003 [07], que buscou ser um avanço na liberdade dos povos quilombolas, bem como, efetivar o acesso a políticas públicas nessas regiões, como educação, saúde, dentre outras. Este processo é composto por cinco etapas: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, e finalmente a titulação das terras. Por ser um processo moroso e burocrático, acaba-se tornando inalcançável para diversas comunidades quilombolas.

De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo [08], apenas 149 terras quilombolas foram tituladas no Brasil em 2023, evidenciando a falta de interesse governamental pela promoção desta política. Sendo assim, coloca-se como medida de rigor, que o processo de titulação de terras quilombolas seja desempenhado e atendido com celeridade, sendo este, um ato imprescindível à autonomia e às resistências desses grupos.

2. A comunidade quilombola do Cedro

Localizada a cerca de 5km da sede do município de Mineiros/GO, a comunidade quilombola do Cedro recebe esse nome devido à sua localização junto ao curso hídrico homônimo. Em uma organização diferente do que se constata com mais frequência nos territórios quilombolas, a comunidade se encontra relativamente próxima a zona urbana da cidade de Mineiros (Figura 1), fato que se deve, em parte, ao crescimento populacional e desenvolvimento da malha urbana em direção à comunidade.

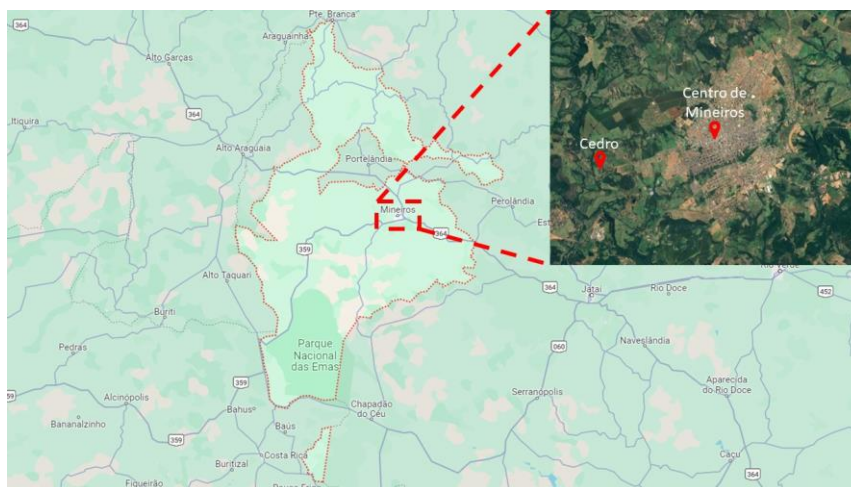


Figura 1: Delimitação do município de Mineiros/GO com recorte da área urbana da cidade e da comunidade quilombola do Cedro. Fonte: Google Maps© [09], modificado pelos autores.

De acordo Luciano [05], a história da comunidade se inicia no ano de 1885 por meio da compra de terras na região, hoje município de Mineiros, por Francisco Antônio de Moraes, conhecido pela alcunha de “Chico Moleque”. Vindo de Minas Gerais, o mesmo teria conseguido trabalhar e ser remunerado nos momentos que seriam de folga, como domingos e feriados, além de também exercer a atividade de garimpo. Assim, conseguiu comprar sua liberdade, a de sua esposa e a de sua filha, além de comprar uma parte de terras da Fazenda Flores do Rio Verde.

Em 6 de junho de 2003, a comunidade do Cedro obteve a certificação de remanescente de quilombo concedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) [10]. Esse dispositivo reconhece áreas em que grupos étnico-raciais, com trajetória histórica, dotados de relações territoriais e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão recebam a

certificação prevista. A certificação também viabiliza a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), assim, o poder executivo é autorizado a realizar a desapropriação do imóvel e repassar a posse coletiva para a comunidade, fato que ainda não aconteceu no Cedro [10].

Atualmente, a comunidade enfrenta um processo de decréscimo populacional, passando de uma população de 232 moradores nos anos 1970 para 157 pessoas em 2022 [11]. O principal motivo para esse movimento seria a busca por melhores condições de trabalho e vida no ambiente urbano, sobretudo nas gerações mais novas. Observa-se, também, nas últimas décadas uma diminuição do território da comunidade “pois, muitos foram vendendo suas terras, por ser propriedade particular havendo um êxodo dos mesmos para as cidades” [05].

Isso acontece devido ao processo de elaboração do RTID estar paralisado no Incra, fazendo com que a comunidade não detenha a posse coletiva do território, fato que não diminui a ligação da comunidade com o território, apenas evidencia a morosidade dos processos institucionais. De acordo com Ferreira [12], o território não está desvinculado de sua origem epistemológica, que seria a posse da terra em si, mas passa a ser concebido e dotado de uma “carga cultural” ligada ao poder, no sentido mais concreto, de dominação, e também no sentido simbólico.

A principal atividade econômica da comunidade é a agricultura e criação de animais, existe também uma parcela de moradores que trabalham na área urbana do município de Mineiros em órgãos públicos ou no setor privado. Em 1998, os membros da comunidade criaram o Centro Comunitário de Plantas Medicinais (Figura 2), com o propósito de ampliar as atividades econômicas e desenvolver a produção de medicamentos fitoterápicos. O empreendimento foi construído com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, moradores realizaram cursos oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para adquirir conhecimento sobre gestão e organização comercial.



Figura 2: Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro. Fonte: Guia Turístico de Goiás [13].

O conhecimento etnobotânico preexistente entre os moradores do Cedro, é caracterizado como um significativo elemento de identidade, a comunidade é reconhecida na região por sua produção e uso de fitoterápicos [14]. A criação do Centro Comunitário de Plantas Medicinais teve como base o conhecimento empírico das famílias que passou, então, a desempenhar um

importante papel como fonte de geração de renda e oportunidades de emprego. A sociabilização e o compartilhamento de memórias acontecem durante o processo de preparação e comercialização das plantas e remédios, unindo pessoas de gerações diferentes e estreitados os laços que os unem, é nesse espaço onde também ocorrem “os “proseios” para a contação de histórias, causos e fatos atuais sobre a comunidade do Cedro e de Mineiros” [14].

Nessa comunidade os conhecimentos sobre a medicina tradicional foram adquiridos por intermédio da vivência do dia-a-dia (educação informal). Ocorre, portanto, uma transmissão vertical de conhecimentos pela qual é manifestado o respeito dos jovens aos mais velhos da comunidade os quais são detentores dos saberes relacionados ao manejo e uso de plantas dotadas de atributos medicinais. As plantas medicinais vêm sendo utilizadas como terapêutica pela comunidade há mais de um século e são empregadas conforme a sintomatologia apresentada. [14]

Esses conhecimentos sobre os valores medicinais de espécies vegetais são classificados como etnoconhecimentos e “provém de um saber transmitido verticalmente, aquele de geração em geração, repassados ou compartilhados através da comunicação oral” [14]. Esse processo de transmissão é possibilitado pelo acúmulo de conhecimentos na memória de uma comunidade, contribuindo, assim, para a preservação e continuidade de práticas tradicionais como o uso de plantas medicinais.

De acordo com Halbawachs [03], as memórias individuais estão ligadas ao campo da subjetividade individual de cada pessoa e, no exercício de externalizar essas lembranças com mais pessoas acontece o questionamento e o apontamento de lacunas. Para que haja uma consolidação da memória coletiva, de fato, é necessário que a partilha entre os indivíduos seja constantemente estimulada, justamente para que aconteçam os questionamentos e a cristalização de uma memória mais abrangente e comum. Nesse processo, a memória individual dos indivíduos pode confirmar algumas lembranças e cobrir lacunas existentes, assim, esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente.

A partir da leitura de Baiocchi [15], é possível observar que elementos da história da formação da comunidade do Cedro foram repassados de geração em geração através da oralidade. Depoimento de descendentes de “Chico Moleque” preservam a memória das histórias que escutam de seus antepassados. Essas reproduções podem ser classificadas como memórias emprestadas que, através da oralidade, são incorporadas ao imaginário individual de cada pessoa [03]. As histórias contadas não foram as memórias vividas pelos indivíduos, mas sim histórias que foram contadas a eles e que, então, passaram a reproduzir.

Além disso, na comunidade do Cedro é possível identificar atividades e eventos onde a memória coletiva é repassada, sobretudo através da cultura. As famílias cedrinhas produzem festas e reuniões comunitárias que reforçam o senso de comunidade, como encontros para churrascos, produção de alimentos, festas religiosas, etc. E, em muitas dessas atividades, fica claro o vínculo entre memória e o território onde ela é produzida, demonstrando assim a sua importância na construção da identidade da comunidade.

Mas, apesar de muitas dessas tradições ainda serem praticadas, algumas se perderam devido às mudanças que ocorreram no decorrer dos anos, como o método de trabalho na terra denominada como “traição”, muito difundida na região do triângulo mineiro. A prática se baseia na forma de preparo da terra, sendo realizada em sistema de mutirão, onde o dono da terra busca auxílio de outros membros da comunidade para voluntariamente preparar a terra e plantar. A contrapartida oferecida aos trabalhadores é o pagamento da traição, uma festa com comidas e bebidas à vontade para os que trabalharam [14].

O documentário intitulado *Negros do Cedro*, dirigido por Manfredo Caldas em 1997 [16], apresenta a preocupação dos indivíduos mais velhos da comunidade com o decréscimo da população local (Figura 3). Isso evidencia a vulnerabilidade das comunidades frente às forças externas, reforçando a necessidade de se preservar e valorizar as histórias e territórios como elementos intrínsecos à identidade cultural de um grupo. O não exercício da memória coletiva resulta em um processo de esquecimento, relegando o território ao lugar da amnésia.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. [17]



Figura 3: Frames de “Negros do Cedro” (1997), de Manfredo Caldas. Fonte: Embaúba Play© [16].

Nesse cenário, a criação do Centro Comunitário de Plantas Medicinais pode ser vista como um avanço na preservação de parte da memória coletiva da comunidade quilombola do Cedro, uma vez que esse espaço novamente promove sociabilização, contribuindo pela sua perpetuação, e reafirma a identidade do território.

3. Considerações Finais

O trabalho aborda a importância do conceito de territorialidade e memória coletiva, destacando a relação entre indivíduos, grupos e instituições em um espaço físico ocupado. Essa ocupação do espaço contribui para a formação da identidade, sendo influenciada por fatores históricos, sociais, culturais e políticos. A disputa pelo controle do território é constante, envolvendo diferentes agentes no processo e, no contexto das comunidades quilombolas, destaca-se a construção da memória coletiva como elemento fundamental nessa disputa. Essas comunidades, originadas da resistência ao regime escravocrata, buscam preservar suas tradições ancestrais e enfrentam desafios contemporâneos, como a luta pelo reconhecimento e posse de terras e acesso a serviços públicos básicos.

O estudo de caso sobre a comunidade quilombola do Cedro em Mineiros/GO revela que, apesar do declínio populacional vivido nos últimos anos, resiste a processos que ameaçam a perda de identidade cultural e suas práticas tradicionais. A análise da situação dessa comunidade destaca a resiliência frente às transformações socioeconômicas e evidencia o forte vínculo com o território e seus recursos naturais. E, apesar de algumas práticas terem perdido espaço, é possível notar que a memória coletiva da comunidade segue sendo transmitida por meio de tradições, rituais e eventos culturais.

A preservação da memória coletiva e a luta por direitos territoriais são fundamentais para a identidade e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. E, a criação de equipamentos físicos que reforcem e estimulem a sociabilização entre os indivíduos pode contribuir para a transmissão das memórias individuais e coletivas, ao mesmo passo que contribuem para a reafirmação da identidade de um povo em um determinado território. Tais iniciativas fortalecem as comunidades tradicionais, permitindo o enfrentamento aos desafios contemporâneos sem perder sua identidade e conexão com o território ancestral.

Referências

- [01] HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 94-120.
- [02] SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. Revista Espaço e Geografia, 16(2), 627:640. 2022.
- [03] HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos tribunais Ltda., 1990.
- [04] DAMASCENO, Mayron Morais. Os direitos territoriais e as territorialidades quilombolas: O caso da comunidade quilombola do Cedro, em Mineiros, sudoeste Goiano. Dissertação. 2022.
- [05] LUCIANO, Daniela Freitas. Quilombo do Cedro de Mineiros (GO): Um estudo sobre a formação e posse da terra da comunidade. III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. 2014.
- [06] BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- [07] BRASÍLIA. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.
- [08] Comissão Pró-Índio de São Paulo© 1995-2022. Observatório Terras Quilombolas. Disponível em: https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=269&ano_de=&ano_ate=&orgao_exp=0. Acesso em: 15 mar. 2024.
- [09] Google. Mineiros. [s.l.]: Google Maps©. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/WNfbpuJrWgNSvds9A>. Acesso em: 09 de mar. 2024.
- [10] Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. GO – Comunidade quilombola de Cedros cobra do INCRA agilidade na publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-comunidade-quilombola-de-cedros-cobra-do-incra-agilidade-na-publicacao-do-relatorio-tecnico-de-identificacao-e-delimitacao-rtid/>. Acesso em: 25 de mar. 2024.
- [11] Comissão Pró-Índio de São Paulo© 1995-2022. Observatório Terras Quilombolas. Disponível em: <https://cpisp.org.br/cedro-go/>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- [12] FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. Campo-Território: Revista de geográfica agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

[13] Guia Turístico de Goiás©. Déborah Irineu. Comunidade Quilombola do Cedro. Disponível em: <https://www.guiaturisticodegoias.com.br/cidades-turisticas/11-mineiros/atracoes-turisticas/12-comunidade-quilombola-do-cedro>. Acesso em: 05 de mar. 2024.

[14] THIAGO, Fernando. A comunidade quilombola do Cedro, Mineiros/GO: Etnobotânica e educação ambiental. Dissertação de mestrado. Universidade tal, 2011.

[15] BAIOCCHI, M de N. Negros de Cedro: Estudo Antropológico de um Bairro Rural de Negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.

[16] Embaúba Play©. Negros do Cedro. Manfredo Caldas. Disponível em: <https://embaubaplay.com/catalogo/negros-do-cedro/>. Acesso em: 12 de mar. 2024.

[17] CANDAU, Joel. Memória e identidade. Trad. Maria L. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.